



**A República Latino-americana das Letras:
O *Correo del Orinoco* e o *Correio Braziliense*¹**

Luís Francisco Munaro²

Roni Petterson de Miranda Pacheco³

Universidade Federal de Roraima - UFRR

RESUMO:

A acalorada troca de farpas entre o *Correo del Orinoco*, jornal que circulou entre 1818 e 1822, fundado por Simon Bolívar na Venezuela, e o *Correio Braziliense*, que circulou entre 1808 e 1822, fundado em Londres por Hipólito da Costa, é exemplar da amplitude que alcançaram as luzes europeias. Quando Hipólito diminui a Revolução Pernambucana de 1817, para reforçar as suas alegações de que uma República não estava no itinerário dos povos brasileiros, o *Correo del Orinoco* entra no Brasil divulgando várias doutrinas separatistas e republicanas. A discussão ilustra um momento histórico em que os homens buscavam assumir uma condição mais universal tendo como guia os projetos iluministas, percebendo, contudo, que a razão deveria observar os limites das nacionalidades.

PALAVRAS-CHAVE: *Correo del Orinoco*, *Correio Braziliense*, República das Letras, Jornalismo.

A ideia de uma República das Letras não implicava nenhum tipo de participação formal do indivíduo, mas sim a partilha de ideias e ideais concernentes à liberdade humana e ao livre fluxo de informações. Para ser aceito como “republicano”, o homem de letras deveria abraçar ideias tão variadas quanto diversas das suas, refletindo-as e, por meio de um processo dialético, refutando-as ou absorvendo-as quando necessário. Esse processo que permite abertura contínua à novidade, à inovação científica e também ao estranhamento intelectual, características do Iluminismo europeu, gerava o compromisso do homem de letras com a reflexão livre de dogmas. Numa das falas que se tornou lema do projeto moderno, Kant dizia que a saída do homem de sua condição

¹ Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte realizado de 01 a 03 de maio de 2014.

² Professor de Jornalismo na Universidade Federal de Roraima (UFRR). Doutor em História Moderna pela Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: luismunaro@yahoo.com.br

³ Professor de Jornalismo na Universidade Federal de Roraima (UFRR). Mestre em Comunicação pela Universidade Metodista. E-mail: roni.pacheco@ufrr.br



de minoridade só se efetivava por meio do uso ativo da razão, exercitada através da reflexão constante e intercâmbio ativo entre os homens mais ilustres (SILVA, 2006, p. 30).

Apesar de sua pretensão de validade universal, a República das Letras trazia muitas vezes em seu bojo motivações políticas fechadas em torno de comunidades políticas imaginadas. Os pensamentos surgidos na esteira dos projetos modernos muitas vezes representavam tentativas de criar redes de afiliação e apadrinhamento dentro das fronteiras nacionais. Assim, ainda que haja amplo intercâmbio de ideias, elas confluem não incomumente para o engrandecimento dos homens da nação, isto é, seus homens mais ilustres. Na condição de sociedades-modelo, França e Inglaterra foram extensivamente copiadas: ambas realizaram-se comercial e politicamente, alcançando estatutos poderosos no início do século XIX. Logo, seu elevado grau de coesão e identidade política deveria ser mimetizado por outras nações que ambicionavam um lugar no panteão dos países mais poderosos.

Esse processo de mimetização das formações nacionais européias (FERNANDES, 2006, p. 27) foi comum entre países do hemisfério sul cuja intenção era absorver os modelos bem sucedidos das nações do hemisfério norte. No período de definição de fronteiras nacionais, sobretudo depois das guerras de Napoleão Bonaparte na Europa (1815), passou-se a pensar com maior clareza a necessidade de criar vínculos nacionais e estatutos de Estado, afinados com perspectivas constitucionais. Estas cartas outorgadas pela nação seriam a garantia de que o Estado funcionaria segundo determinadas leis e, desta forma, teria a sua soberania assegurada pelo povo e pelas nações vizinhas.

A criação da nação portuguesa é um destes exemplos periféricos. Ela surge e ganha repercussão, na modernidade, diante da ideia de que Portugal, depois da fuga da Corte para o Brasil em 1807, estaria sendo espoliada pela sua antiga colônia – e também pela Inglaterra. E o Brasil, por outro lado, reivindica uma posição equânime diante de Portugal, posição que será negada durante a realização das Cortes Constitucionais de 1821 em Lisboa. O Brasil reivindicava participação no Reino Luso-brasileiro e queria se manter junto a Portugal, debaixo do mesmo trono protetor de D. João VI. Esta situação é única na América Latina: todos os países vizinhos, pela situação da monarquia espanhola de Fernando VII, reivindicam a formação de repúblicas. Esses movimentos republicanos estão em constante diálogo com setores liberais da sociedade espanhola e obtêm vários blocos de apoio na Europa.



Nesse sentido, a razão, que ao início apresentamos como a luz que guia o homem de letras a um conhecimento de validade mais universal, se debate com os vários planos e projetos de construção nacional, sempre em conflito uns com os outros. Se, para uns, o trono monárquico sagrado era a única garantia de que a nação poderia ser gerida de forma justa, para outros essa mesma história deveria ser a equalização das forças mais ilustres da nação, os homens de talento, representantes do povo, condensados na figura momentânea do presidente. Nesse espectro de projetos e ideais que envolviam as construções nacionais deve ser encarado o amplo debate que envolve jornais latino-americanos, mais precisamente dois deles: o *Correo del Orinoco* (1818-1822) e o *Correio Braziliense* (1808-1822). Como porta-vozes do Iluminismo, os homens por detrás destes periódicos, sempre auto-intitulados “homens ilustres”, buscavam conciliar a razão ao funcionamento particular das engrenagens da nação na Venezuela e no Brasil. O conflito resta evidente: é impossível encaixar o universal dentro do particular, e os projetos jornalísticos, patentes num amplo debate no seio da República das Letras, demonstram a incapacidade da razão para conciliar todos os homens. O debate entre os jornais pode ser entendido também na perspectiva iluminista de conhecer e clarificar o futuro, abrindo espaço mais amplo para a solidificação das construções nacionais. De objetivos marcadamente pragmáticos, os jornais buscam interferir na realidade política latino-americana oferecendo caminhos estáveis para o seu engrandecimento sócio-econômico.

Reflexos do Iluminismo nos jornais da periferia

Os homens de letras latino-americanos tinham na Inglaterra uma espécie de terra livre onde podiam negociar alianças e intercalar seus projetos de nacionalidade. Dentre os vários espaços que socorrem emigrados latino-americanos, pode-se destacar a loja maçônica *Gran Lógia Reunion Americana*, que recebeu os revolucionários Simon Bolívar e o General Miranda no início do século XIX. Outros destes espaços são os próprios jornais, que caracterizam formas específicas de formação de alianças e arregimentação de sociabilidades. Vários periódicos criados por estrangeiros em Londres, no início do século XIX, reivindicavam determinadas construções nacionais no espectro de um mapa europeu desorganizado pelas investidas de Napoleão Bonaparte. O *Correio Braziliense*, redigido entre 1808 e 1822 pelo brasileiro Hipólito da Costa, direcionado ao público nascido no Brasil, é um destes jornais. Com seus planos e projetos publicamente explicitados, o jornal traz temas e argumentos alimentados em



espaços privados de sociabilidade, como são as próprias lojas maçônicas. Segundo sugere Isabel Lustosa, vários elementos portugueses, espanhóis e latino-americanos teriam se aproximado em Londres justamente por intermédio da Maçonaria e da produção jornalística que, sabidamente, neste período reunia membros ilustres da República das Letras. Segundo a autora (2006, p. 438-439):

Hipólito, que se aproximara dos chamados Libertadores em Londres, através da Loja Maçônica frequentada por Francisco Miranda, Simon Bolívar, O'Higgins e San Martín, seria um entusiasta do processo de independência das colônias espanholas na América, criando mesmo em seu jornal uma seção exclusivamente dedicada ao que se passava nelas. Através das páginas do *Correio Braziliense*, ele divulgou os documentos que informavam sobre o progresso do movimento de independência, sem que, em nenhum momento, deixasse de ser explicitamente simpático a eles, considerando-os consequência natural da política colonial da coroa espanhola.

A Loja a que se refere Isabel Lustosa é a *Gran Lógia Reunion Americana*, espaço utilizado por revolucionários latino-americanos para planejar seus manifestos republicanos e entrar em contato com membros destacados da sociedade londrina. Sabe-se, por exemplo, que o próprio Hipólito da Costa, como menciona em seu jornal, tinha relação frequente com o Duque de Sussex, filho do rei inglês George III, por meio das lojas (COSTA, Vol. X, p. 99). Como complementa Fernando Egídio Reis, esta loja também teria recebido a presença de Solano Constâncio, o longo redator dos *Anais* e do *Observador*, jornais científicos escritos em Paris entre 1815 e 1822. Constâncio teria dedicado grande amizade ao General Miranda, cujos projetos republicanos estavam bastante próximos dos seus (REIS, 2007, p. 495). A Loja Maçônica *Reunión Americana*, até hoje existente na Argentina, teria se constituído em um espaço de aglutinação das ideias revolucionárias desde sua fundação em Londres em 1797:

Después de algún tiempo de su periplo mundial y de su permanencia en Francia, el General De Miranda regresa a Inglaterra donde la empresa libertadora sufre un descalabro por la poca importancia que le prestó el Ministro W. Pitt a sus ideas libertarias. Esto lo obligó a redoblar esfuerzos para fundar en Londres en 1797 *La Gran Reunión Americana* que tenía, además de los fines Masónicos de formar hombres libres y de buenas costumbres, otros de carácter social, como era la liberación de las Colonias Españolas en América Meridional. En su residencia, en la ciudad de Londres, donde la gente procede con lentitud, sin alterarse, el General de Miranda funda la *Gran Logia Regional Americana*; allí adoctrinaba, como Gran Maestro, a los patriotas americanos y revolucionarios que venían de sus países de origen, destacándose entre ellos los chilenos Bernardo O'Higgins, José M. Carrera, Juan Martínez, Gregorio Argomedo, Juan A. Rojas; los argentinos José de San Martín, José Ma. Zapiola, Carlos Ma. de Alvear, Bernardi Monteagudo y Mariano Moreno, quienes en



1811, organizaron en Buenos Aires la *Logia Lautaro*, que luego fue extendida a Mendoza y a la ciudad de Santiago de Chile; de México, el fraile Bernardo Teresa de Mier, Vicente Rocafuerte, Carlos Montufar; de Cuba, Pedro Caro; de Venezuela don Andrés Bello, Luís López Méndez y el Libertador Simón Bolívar; de Santafé José Ma. Vergara Lozano, eran los más asiduos contertulios a las famosas Tenidas. La *Gran Reunión Americana* fue fundada en Londres en 1797; además de los fines Masónicos que ejercía, tenía ciertos fines políticos, como era la emancipación de las colonias Españolas en América, como ya lo he expresado (ROMERO et all, s/d).

Tanto pela presença maciça de lojas maçônicas quanto pelo grande número de periódicos livres de censura, Londres constituiu um centro de ebulição de ideias consideradas agressivas contra as monarquias absolutistas, abrigando homens de letras tão distintos como Hipólito da Costa, Simon Bolívar e mesmo Fernandez Sardinó. Este último, autor do jornal *El Español Constitucional* que circulou entre 1819 e 1821, fez oposição ao rei espanhol Fernando VII e panfletou em favor da emancipação das repúblicas hispânicas na América. Para perceber o teor e amplitude dessa circulação de homens, cabe precisar algumas das ideias que podem reunir ou afastar indivíduos tão diversificados, todos, num momento ou outro de suas vidas, exilados em Londres e reunidos por meio da crença de que a razão, embutida nos seus projetos de nacionalidade, deveria guiar o homem a uma condição mais livre e universal, libertando-o do labirinto da “apatia, inépcia e ignorância” (COSTA, Vol. I, 1808, p. 3).

Em 1818, um ano depois de fracassada a Revolução Pernambucana no Brasil, é criado na Venezuela por Simon Bolívar o jornal *Correo del Orinoco*, cuja redação fica ao encargo de vários homens de letras latino-americanos (CENDALES e JAZMÍN, s/p). Numa carta destinada a José Páez, em 4 de agosto de 1826, Bolívar escreveu sobre a utilidade do jornal como instrumento de educação, civismo e difusão das virtudes da razão:

como artillería de pensamiento, educador de masas de hoy y mañana, portavoz de la creación de un nuevo orden económico y de la información internacional desde el punto de vista de nuestros intereses, fiscal de la moral pública y freno de las pasiones, vigilante contra todo exceso y omisión culpable, catecismo moral y de virtudes cívicas, tribunal espontáneo y órgano de los pensamientos ajenos (BOLÍVAR, apud. Wikipedia.es).

A fundação do *Correo* ocorre num período de grande turbulência na América Latina diante das várias pretensões de emancipação manifestadas no novo continente e influenciadas pelo exemplo pioneiro dos Estados Unidos. Quando Hipólito diminui a dimensão da Revolução Pernambucana, para reforçar as suas alegações de que uma



República não estava no itinerário dos povos brasileiros, já que estes povos tinham um rei, o *Correo del Orinoco* entra no Brasil divulgando várias doutrinas republicanas. Os dois jornais trocam farpas durante várias edições. E a longa troca de farpas é mais interessante pela natureza dos periódicos do que pelos argumentos em si mesmos: um órgão de imprensa venezuelano que entra no Brasil fazendo propaganda da independência e um órgão monarquista impresso em Londres que chega no Brasil, clandestinamente, ao mesmo tempo em que ao serviço do rei, condenando a mesma Revolução Pernambucana. A conclusão de Hipólito é a seguinte: “Isto pois serve de indubitável prova de [...] que o escritor, mui desingenuamente tomou o pretexto de refutar nossos escritos, e mesmo fazer-nos invectivas pessoais, meramente para ter ocasião de introduzir suas doutrinas e dirigi-las aos povos do Brasil” (COSTA, Vol. XXIII, p. 46). As alegações de Hipólito da Costa contra o *Correo* vão ferir o seu vizinho londrino Fernandez Sardinó que, no jornal *El Español Constitucional*, responde, em 1819:

Siendo repugnante á esta idea el error reproducido en el *Correio Brasiliense*, apelaron á la revelacion los déspotas coronados, y la fixaron en los delirios de la imaginacion para hacer pasar la doctrina escandalosa de este periódico: fué menester engañar á los pueblos con la invencion fabulosa del origen divino de los reyes: los sueños de la mitologia produxeron monarcas semi-dioses por la línea paterna; y he aquí abierto el camino para revestirlos de una autoridad, independiente y agena del pueblo. Para afianzar la usurpacion de los derechos del hombre, se urdió la fábula del poder divino de los reyes. Engañadas las naciones con el artificio de sus sacerdotes, interesados en la patraña, llegaron á ser el juguete de los que usurpaban su soberania, hasta que la luz del desengaño, ó el exceso enormísimo de la tirania las estimulaban al sacudimiento del yugo, y á echar por tierra la pesada carga de sus opresores (SARDINÓ, Junho de 1819, p. 111, no original).

Os argumentos utilizados pelos adeptos da República diziam assim respeito à subserviência dos monarquistas ao Direito Divino de governança. Os homens, que na esfera pública se manifestam abertamente uns contra os outros, tinham espaços privados comuns de circulação e trocas de ideias, como era própria loja maçônica. Seus planos e projetos, ainda que entrem constantemente em atrito, muitas vezes também confluem e se complementam. Isso acontece quando *El Español Constitucional* entra, juntamente com o *Correo do Orinoco*, no combate impresso contra o monarquista Hipólito da Costa. Como documentam Torres Cendales e Leidy Jazmín, os dois jornais, apesar de tão distantes e diversificados, encontram ressonância ideológica no fato de acreditarem firmemente na República como construção mais universal e justa para o governo dos



homens. Nesse sentido, ambos menosprezavam a ideia de Direito Divino – que Hipólito chama de Direito Divino Natural (COSTA, Vol. XXIII, p. 47). E, mesmo que as independências latino-americanas ferissem o *status quo* de Portugal e Espanha, Fernandez não hesita em se colocar em favor do periódico de Simon Bolívar. Como afirmam Cendales e Jazmín,

El impreso londinense *El Español Constitucional* es constantemente citado en el *Correo del Orinoco*, pues en sus páginas se encontraban constantes ataques a la monarquía española. Según el *Correo*, *El Español Constitucional* era escrito por “sabios españoles”, “proscritos por el gobierno y anatematizados por la inquisición”, lo cual no estaba alejado de la realidad, pues su editor era Pedro Pascasio Fernández Sardinó, un liberal quien había participado en los levantamientos contra los franceses y había apoyado fervientemente la constitución de 1812, derogada por Fernando VII a su regreso al trono. En dicho texto se insertaban artículos que mostraban la “usurpación de Fernando, sus baxezas, su ingratitud y conspiraciones” contra su padre; así como las proclamas de felicitación a los españoles después de los levantamientos que obligaron al Rey a firmar la constitución de 1812 (CENDALES e JAZMÍN, s/p).

O estudo do *Correo del Orinoco* revela ainda o grau de aceitação que possuíam os jornais ingleses *The Times* e *Morning Chronicle* na América Latina. Boa parte das informações provenientes da Europa eram extraídas destes jornais, uma vez que considerados ideologicamente próximos dos independentistas.

Hipólito da Costa, por outro lado, combatia ativamente os escritos do *Correo del Orinoco*, dizendo que este jornal, longe de propostas justas e racionais, intentava convulsionar os povos brasileiros, motivando-os a acreditarem em no erro republicano. Então, passa a comentar as críticas do *Correo* anexando uma passagem que se refere à sua própria luta contra a liberdade dos povos:

Os sentimentos do Conde Duque de Olivares, contra o corifeu da revolução de Portugal, são da mesma fábrica que os do *Correio Braziliense*, sobre o levantamento de Pernambuco; e são os mesmos que sempre tem pronunciado os tiranos contra o povo, que tem aspirado a eximir-se da tirania por meios revolucionários. E se não é este o caminho que conduz à liberdade, qual é o que nos propõem o censor da Revolução de Pernambuco? Será por ventura o das petições e rogos ao mesmo Governo que nos oprime? (Apud. COSTA, Vol. XXIII, p. 170-1).

Para responder, Hipólito se ancora no conceito de “opinião pública”, alegando que qualquer ruptura brusca poderia causar graves traumas à sociedade brasileira, tornando o reino vulnerável às potências estrangeiras. Sempre que toca no tema da



revolução, Hipólito utiliza figuras bastante fortes, lembrando o sangue que costuma jorrar durante sua efetivação. Segundo o autor, toda a mudança radical de governo deveria ser conduzida através de instrumentos racionais:

Respondemos que todas as revoluções que têm sido bem sucedidas, além de serem fundadas na opinião pública, segundo os princípios e razões que deixamos expendidas; o seu êxito foi sempre assegurado por medidas bem calculadas, e precauções adaptadas às circunstâncias. Não falamos de sedições ou tumultos, que tem por fim alguns assassínios e roubos; mas sim de revoluções, pelas quais se haja de mudar a forma de governo em todo ou em parte (COSTA, Vol. XXIII, p. 280).

A partir destes argumentos, Hipólito da Costa alicerça sua oposição à Revolução Pernambucana, combatendo ativamente a aclimatação do republicanismo em solo brasileiro como pretendida pelo *Correo del Orinoco*. O debate mostra os conflitos que marcaram a chegada das Luzes europeias nas periferias. O *Correo* utiliza uma argumentação que teria sido comum ao *Correio Braziliense*, a de que seu oponente estaria reivindicando uma forma ultrapassada de governabilidade, contrária a inovações e à liberdade de manifestação de pensamento. Hipólito da Costa responde:

Quem o lesse sem ver a nossa defesa, julgaria que nós havíamos recomendado recorrer ao Céu para a escolha da forma de Governo, ou que esta era de direito Divino. Nem nunca tal dissemos, nem tal inferência se pode tirar de nenhuma parte de nossos escritos: salvo se for aquela apelação e rogo ao favor de Deus, que todos os homens pios praticam, antes de começar alguma obra, para que a Divina Providência abençoe os seus trabalhos (COSTA, Vol. XXIII, p. 644).

Justificando sua opção pela monarquia moderada, que mais tarde resultaria no “poder moderador” da Constituição Brasileira de 1824, Hipólito justifica seu respeito pelo rei D. João VI que, no momento, conduz o Reino Luso-brasileiro a partir do Rio de Janeiro:

A escolha da forma de Governo é de direito humano; pois, juntos os homens em sociedade, a eles compete declarar a forma de Governo que lhes convém: as suplicações a Deus só serão, nesse caso, para que Ele dirija os seus entendimentos ao que lhes for mais útil; mas o direito de escolher é todo seu; posto que de direito Divino seja a sociedade civil; como deduzimos da mesma natureza e faculdades do homem (COSTA, Vol. XXIII, p. 644).

É, assim, curioso que um brasileiro busque a autoridade monárquica num trono português enquanto seu vizinho espanhol Pedro Pascasio Fernandez Sardinó enxergue como fatal a ruptura política completa entre o Novo e o Velho Continente.



Afetos e solidariedades jornalísticas

O amplo movimento que caracterizou o Iluminismo tinha vários espaços de convergência. Os jornais e as lojas maçônicas foram alguns desses espaços privilegiados: os primeiros, expondo o Estado ao “tribunal da opinião pública”, e as segundas, utilizando o secretismo para arrancar os alicerces do *modus operandi* do absolutismo. A ideia que permeia a organização destes espaços é a da razão que, uma vez utilizada da forma adequada, deveria levar os homens a uma compreensão mais completa das coisas e à formação de governos mais justos e adequados aos governados.

A partir dos conflitos entre homens que se auto-intitulam ilustrados, pode-se perceber que se está forjando, a partir da comunidade europeia, uma rede de afetos e solidariedades que vai muito além do cosmos europeu. O impulso gerado por periódicos criados por homens de letras latino-americanos abriu várias vias de expansão de ideias tanto políticas quanto científicas. No que concerne ao Brasil, por exemplo, o trabalho de Lavina Ribeiro documenta a formação de postulados profissionais relativos ao exercício intelectual que seriam absorvidos durante a construção da incipiente esfera pública brasileira, todos tributários da atividade pioneira de Hipólito da Costa:

Sua ação jornalística reveste-se de significativa importância quando observada do ponto de vista da sua contribuição para a formação de um espaço público político brasileiro, com todas as regras e elementos que lhe são particulares e, dentro dele, para a legitimação da imprensa como instituição fundamental deste espaço. O apelo de transparência do Estado perante, seja como ele imaginou, o “povo”, a “sociedade em geral” ou segmentos esclarecidos desta, membros do estamento burocrático estatal, sua corte e realeza, deslocava formalmente o campo de legitimação de suas deliberações para o espaço público da sociedade civil, por mais indefinido e basculante que tenha sido o foco conceitual do público imaginado pelo autor. Ao fixar a legitimidade do Estado na “opinião pública”, Hipólito da Costa consolidava, simultaneamente, o papel e localização da imprensa como instituição imprescindível neste processo (RIBEIRO, 2004, p. 52).

Tanto no Brasil quanto em Portugal, Espanha e na América Latina, o caráter efêmero das publicações jornalísticas, associadas ao crescimento de um liberalismo que servia apenas para solidificar as posições dos “novos congressistas”, acabaram diante do subsequente retorno da censura à palavra impressa. As bases para a fundamentação de uma esfera pública que se pretendia porta-voz dos reclames nacionais, contudo, estavam lançadas.



Os ideais iluministas que impulsionaram esse primeiro surto de periódicos em língua portuguesa e também espanhola remetem à ideia de alcançar um contrato, sobretudo nos limites das nações que estavam sendo criadas. O ideal do homem de letras era, através do uso da razão, buscar por um acordo no que concernia ao funcionamento do ser humano: como homens de letras, os jornalistas incorporam essas preocupações e dão espaço às mais diversas discussões em seus periódicos – para muito além da pontual notícia (não sendo demais lembrar a própria questão sobre o que é humano e o que não é, que levou à supressão da escravidão nos Estados Unidos). Pedagogicamente, havia um convite para que os leitores, simplesmente curiosos ou esclarecidos, entrassem no tabuleiro de jogos para lutar contra a censura encarnada pelo Antigo Regime. Nesse sentido, percebe-se que o amplo diálogo entre os homens de letras funcionava como um processo de entendimento mútuo que trazia implícito o princípio ordenador da razão. Independente do grau de complexidade contido na informação transmitida, o diálogo era gerido pela tentativa de levar o interlocutor a uma mudança de posição, ainda que para reiterar de modo mais significativo posições já assumidas anteriormente. Como bem lembrou Hipólito da Costa, nas páginas inaugurais de seu *Correio Braziliense*,

O primeiro dever do homem em sociedade é ser útil aos membros dela; e cada um deve, segundo as suas forças físicas ou morais, administrar, em benefício da mesma, os conhecimentos, ou talentos, que a natureza, a arte, ou a educação lhe prestou. O indivíduo que abrange o bem geral de uma sociedade vem a ser o membro mais distinto dela: as luzes que ele espalha, tiram das trevas ou da ilusão aqueles que a ignorância precipitou no labirinto da apatia, da inépcia e do engano (COSTA, Vol. I, p. 3).

As redes de contato e afinidades geradas no bojo do pensamento das Luzes remetem a um processo amplo de entendimento mútuo, e é essa obrigação diante de uma ética comunicativa que deu ao iluminismo variedade tão grande de argumentos. Uma vez convidado a participar da conversação o homem de letras não se podia furtar a responder. E, quanto maior o número de argumentos e conhecimentos adquiridos, maior a chance de vencer no tabuleiro social. Essa vitória, contudo, não gerava um efeito hermético: estendia-se por amplas redes de afiliação e afinidade política, o que implicava conquistar a confiança do leitor apelando para o uso de sua razão. Os caminhos da razão, contudo, são sinuosos: ainda que a conciliação seja sempre o



objetivo mais elevado, os meios podem ser tanto a República idealizada por Simon Bolívar quanto os projetos monarquistas de Hipólito da Costa.

Referências bibliográficas:

- ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989
- CENDALES, Torres; JAZMÍN, Leidy. *Correo del Orinoco*. Colección Prensa del Siglo XIX-XX. s/d Disponível em: <<http://www.banrepcultural.org/blaavirtual/historia/prensa-colombiana-del-siglo-XIX/correo-del-orinoco>>. Acesso em Março de 2013.
- “Correo del Orinoco”. Disponível em http://es.wikipedia.org/wiki/Correo_del_Orinoco_. Acesso em Março de 2013.
- COSTA, Hipólito José da. *Correio Braziliense*. 30 Vols. Londres: W. Lewis, 1808-1822.
- ROSCIO, Juan Germán; ZEA, Francisco Antonio; SOUBLETTE, Carlos; *et all*. *Correo del Orinoco*. Venezuela, 1818-1822.
- SARDINÓ, Fernandez. *El Español Constitucional*. Londres: 1819.
- FERNANDES, Gabriel. *Em busca da nação: notas para uma reinterpretação do Cabo Verde Crioulo*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.
- LUSTOSA, Isabel. *O Nascimento da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- RIBEIRO, Lavina. *Imprensa e espaço público: a institucionalização do jornalismo no Brasil (1808-1964)*. Rio de Janeiro: E-papers, 2004.
- ROMERO, Ricardo et all. “Gran Logia Reunión Americana”. Disponível em: <<http://logra452.blogspot.com/2010/02/los-precursos-de-la-revolucion.html>>. Acesso em: 01 jan. 2014
- SILVA, Ana Rosa Clochet da. *Intelectuais Ilustrados e Estadistas Luso-Brasileiros na Crise do Antigo Regime Português (1750-1822)*. São Paulo: Fapesp, 2006.